



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

CAMILLA CARVALHO SALGADO SANTOS

**TRABALHO INFANTIL E RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA, VILA BELO
MONTE, ANAPU, PARÁ**

ALTAMIRA/PA

2019

CAMILLA CARVALHO SALGADO SANTOS

**TRABALHO INFANTIL E RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA, VILA BELO
MONTE, ANAPU, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado Pleno em Educação do Campo (ênfase em Ciências da Natureza).

Orientador(a): Prof. Dr.^a Carla Giovana Rocha

ALTAMIRA/PA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237t Santos, Camilla Carvalho Salgado
Trabalho infantil e relação família-escola, vila Belo Monte,
Anapu, Pará / Camilla Carvalho Salgado Santos. — 2019.
37 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Carla Giovana Souza Rocha
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de
Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade
Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Educação do Campo. 2. Inclusão social . 3. Crianças. I.
Título.

CDD 370

CAMILLA CARVALHO SALGADO SANTOS

**TRABALHO INFANTIL E RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA, VILA BELO
MONTE, ANAPU, PARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado Pleno em Educação do Campo (ênfase em Ciências da Natureza).

Altamira, 08 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Carla Giovana Souza Rocha (orientadora)

Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Ronaldo Henrique Santana (membro)

Universidade Federal do Pará

Prof. Renata dos Santos Xavier Salles (membro)

Universidade Federal do Pará

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da minha vida, que, em sua infinita bondade e misericórdia, cuida e cuidou de mim durante este curso me dando força, coragem e proteção ao longo da jornada.

A minha família pelo apoio e incentivo, meu esposo Rafael que suportou com paciência minhas ausências durante o período em que estava na universidade, cuidou de nosso filho com amor e dedicação e sempre me apoiou em tudo, sou grata a Deus por seu amor, sem você eu não teria conseguido. Aos meus pais que me incentivaram e sempre me deu suporte familiar e financeiro para que meus sonhos fossem realizados e também ajudou muito nos cuidados com o meu filho. Ao meu filho Rafael Lorenzo, pois, é por ele que desejo ser melhor. A vocês minha família, muito obrigada!

Aos meus professores da Educação do Campo que compartilharam seus saberes e conhecimentos conosco ao ministrar as disciplinas.

Sou muito grata a minha orientadora Carla Giovana Rocha, pois em um momento muito difícil de minha vida, onde pensei em desistir de colar grau, me deu a mão e disse que eu seria capaz, muito obrigada pela dedicada orientação, e pela paciência comigo.

Aos meus colegas de turma, que compartilharam esses anos de curso comigo, especialmente minha grande amiga que esse curso me deu de presente, Rosiângela Brito, que além de me acolher em sua casa, me acolheu em seu coração, sem você teria sido muito mais difícil.

Enfim, a todos que de forma direta e indireta contribuíram para que eu pudesse trilhar essa jornada com sucesso.

Dedico a Deus por sua graça, bondade e misericórdia.
Ao meu esposo Rafael, pelo companheirismo, amor,
paciência e motivação a mim dedicados e por tudo que fez
e faz para me ajudar.

RESUMO

O tema trabalho infantil vem sendo, mais discutido nos espaços acadêmicos, políticos e sociais. Essa pesquisa objetiva refletir sobre a influência do trabalho infantil no desenvolvimento escolar dos alunos da Escola José Andrade Silva, localizada na comunidade de Belo Monte, município de Anapu, Pará. Para tanto, buscou-se analisar a compreensão dos pais, alunos e professoras das séries iniciais do ensino fundamental sobre o trabalho infantil e suas implicações para o desenvolvimento escolar dos estudantes. O estudo tem como foco a análise das percepções de mães e crianças que estudam na Escola municipal de Ensino Fundamental Jose Andrade Silva, do município de Anapu, Estado do Pará. Caracterizou-se pela abordagem qualitativa. Os dados foram obtidos por meio de questionário aplicado aos pais alunos e professoras pesquisadas. Por esses meios, constatamos que as professoras pesquisadas compreendem o trabalho infantil como exploração e falta de respeito à criança com efeito negativo no seu desenvolvimento escolar e na sua integridade física e mental. Os pais defendem o trabalho dos filhos como meio para garantia da renda familiar e, não destacam as condições de vulnerabilidade que os mesmos possam passar. A escola necessita refletir sobre a questão e planejar suas estratégias pedagógicas considerando as especificidades desse grupo de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação do Campo; Inclusão social; Crianças.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA	12
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA LOCALIDADE BELO MONTE DO PONTAL	13
3.2 A ESCOLA JOSÉ ANDRADE SILVA	15
3.3. PERFIL DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	18
3.4 PERCEPÇÕES SOBRE TRABALHO INFANTIL E RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA	19
4 CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICES	35

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco temático as discussões sobre o trabalho infantil e quais as consequências dessa prática para o desempenho escolar das crianças envolvidas. O estudo tem como foco principal a análise das percepções de professores, mães e crianças que estudam na Escola municipal de Ensino Fundamental Jose Andrade Silva, do município de Anapu, estado do Pará.

Segundo Neves (1999) apud Porro e Salles (2013, p. 592), “o trabalho infantil é termo genérico, mas rico em significados e referências”. E na sociedade brasileira é uma expressão comumente empregada ao referir-se às atividades remuneradas consideradas penosas, insalubres e perigosas desempenhadas por crianças e adolescentes. Porém, para o Estado brasileiro, o trabalho infantil engloba todas as atividades realizadas por menores de 18 anos nas zonas urbana e rural (OIT, 1973; BRASIL, 2000 apud PORRO, SALLES, 2013, p. 592).

A localidade Belo Monte está situada na rodovia Transamazônica, km 64, entre Altamira-Marabá, estado do Pará. A mesma fica na zona rural do município de Anapu, às margens do rio Xingu, e por ser uma comunidade ribeirinha, em média 50% dos moradores tiram o sustento familiar da pesca e o restante são servidores públicos ou das empresas que surgiram após a construção da UHBM (Usina Hidrelétrica de Belo Monte).

Após a implantação do empreendimento, o fluxo de pessoas aumentou muito, pois vieram em busca de trabalho e uma vida melhor, mas a comunidade de Belo Monte não tinha estrutura para receber esse grande aumento populacional. O inchaço populacional aumentou o preço dos alugueis, mercadorias. A localidade também sofreu com o aumento da violência. Um dos maiores impactos foi verificado na educação, pois com o aumento da população, aumentou-se o número de alunos e com isso tivemos que voltar a utilizar um prédio de uma antiga escola, sem a mínima condição de uso. A grande demanda de alunos recebidos também implicou em muitas transferências expedidas, pois na medida que os pais de alunos eram demitidos, vinham pegar transferência para irem embora novamente e assim continua até os dias de hoje, alunos entrando e saindo em um curto espaço de tempo.

O trabalho infantil existe na comunidade há várias décadas, mas com a chegada da hidrelétrica, a prática aumentou muito devido ao grande número de pessoas, e com

isso aumentou de forma alarmante a exposição das crianças aos perigos de acidentes no trânsito, de doenças devido ao sol escaldante e de exploração sexual. Almeida (2006) escreve sobre este fenômeno atual de responsabilização das crianças por atividades da vida adulta.

Analogamente, a criança de nossos dias compartilha com o adulto a divisão do trabalho braçal, a carga horária pesada do trabalho no comércio informal, o gerenciamento do lar em ocasião da ausência dos pais, o convívio em ambientes de adultos. Precocemente, vê-se, então, essa criança acometida por uma responsabilidade adulta que a obriga a abreviar ou encolher seus anos de infância para assumir o seu papel efetivo perante a sociedade que compõe (ALMEIDA, 2006, p. 549).

Nesse contexto, a criança troca o brincar e estudar pelas responsabilidades de manter o lar. Desde criança vivenciei em minha localidade rural de Belo Monte a realidade de muitas crianças de várias faixas etárias de precisarem contribuir na formação da renda familiar por meio do comércio de produtos como castanha-do-Pará, amendoim, pipoca, salgados, geladinhos, entre outros.

Quanto a escolha em se fazer um estudo referente ao trabalho infantil, esse surgiu por acreditar que é um problema de grande importância social que necessita de estudo e ações, uma vez que compromete a infância e a adolescência. Este estudo busca analisar diversos aspectos, inclusive sua interferência nos processos do desempenho escolar infantil no que concerne aos aspectos sociocognitivos, a partir das percepções relatadas pelas famílias e professores.

A possibilidade de escrever um trabalho de conclusão sobre um tema que muitas das vezes deixamos passar despercebido, principalmente por se tratar de crianças pobres que vivem em comunidades rurais ou em pequenas cidades ou vilarejos, pois, o que aparentemente parece ser comum ou parte do cotidiano de algumas famílias, trata-se de um sério problema social e educacional. Assim, pensei nesta possibilidade de contribuir, sobretudo para os mais jovens, para criar um debate social sobre essa outra face do trabalho humano.

Como professora da escola na comunidade Belo Monte, pude perceber, mesmo de forma subjetiva, como o trabalho desenvolvido pelas crianças influenciam no desenvolvimento escolar das mesmas, muitas das vezes crianças começam a faltar as aulas na expectativa de levar mais dinheiro para casa e o trabalho que era desenvolvido

no contra turno passava a ser integral, e os reflexos de desinteresse escolar que já era um problema, se tornou muito maior.

A distorção entre idade e série, a falta de acesso físico e o desinteresse são os principais motivos para que 25,3% das crianças e adolescentes abandonem a escola. Também se pode incluir a necessidade de trocar os estudos pelo trabalho (Portal Pró-Menino, 2014.)

A estatística da Organização das Nações Unidas torna o Brasil o terceiro em taxa de evasão escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990) no seu Art.60º que " é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz". Segundo Gomes (1998, p. 47), considera-se adolescente os com idade de 12 a 18 anos, e que a escolaridade obrigatória é dos 6 aos 14 anos, no fim do qual o jovem já está apto a ingressar no mercado de trabalho. Entretanto, a realidade das crianças e adolescentes da Vila Belo Monte é de trabalho infantil prestado para a própria família e de caráter informal.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a influência do trabalho infantil no desenvolvimento escolar dos alunos da Escola José Andrade Silva, localizada na comunidade de Belo Monte, município de Anapu, Pará. Como objetivos específicos têm-se: caracterizar a localidade de estudo e a escola; apresentar o perfil socioeconômico das famílias entrevistadas; analisar como a questão do trabalho infantil é considerado em sua relação família-escola a partir das percepções dos pais, crianças e docentes; refletir sobre o tema a partir da minha vivência na localidade e como docente.

Esse trabalho será composto, além dessa introdução, o tópico da metodologia, e logo em seguida o dos resultados e discussões, subdivido em três subtópicos, o primeiro fará uma breve caracterização da localidade de Belo Monte e da Escola José Andrade Silva. O segundo subtópico dos resultados tratará da situação atual e a como o trabalho infantil é considerado em sua relação família-escola a partir da percepção dos pais, das próprias crianças e dos professores. E o terceiro subtópico dos resultados será a reflexão do tema a partir da vivência da autora. Logo após, as considerações finais.

2. METODOLOGIA

Este estudo baseou-se no método qualitativo de caráter exploratório, por meio de uma pesquisa de campo realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Andrade Silva, no município de Anapu, Pará. Desta forma, pretendemos demonstrar os procedimentos metodológicos do tipo de pesquisa utilizado.

O presente trabalho transita por uma pesquisa de natureza qualitativa, pois busca compreender as características inerentes ao tema versando por um universo histórico e ao mesmo tempo contextualizado com as experiências práticas e a subjetividade das pessoas.

Antes, porém, cabe-nos contextualizar o tipo de pesquisa escolhido para um melhor entendimento metodológico. Quanto aos fins, o tipo de investigação escolhido para a realização da pesquisa qualitativa enquadra-se como exploratório. Ela “é realizada em áreas na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa, segundo Vieira apud Vergara (1999, p. 42). No que diz respeito aos meios de investigação, optamos pela pesquisa de campo, que, também de acordo com Vergara (2005, p. 47), é a “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”

Optamos por realizar a entrevista semiestruturada, utilizando um roteiro de perguntas abertas, flexíveis tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador. Foram dezoito questões apresentadas aos sujeitos da entrevista, sendo entrevistadas três famílias e uma professora. Vale ressaltar, todavia, que, conforme o próprio método qualitativo, procuramos entender questões subjetivas intrínsecas nas respostas das entrevistadas e no roteiro original (Apêndices A, B e C) foram acrescentadas outras perguntas de acordo com o rumo que cada entrevista trilhava. A diversidade das respostas nos permitiu traçar o perfil dos sujeitos entrevistados, gerando dados para possibilitar a compreensão do fenômeno e dar prosseguimento ao estudo.

Durante o processo de desenvolvimento da metodologia sentimos como maior dificuldade o acesso aos pais para conversas informais e até mesmo desenvolver as entrevistas, pois os mesmos não se sentiam à vontade devido muitos deles já terem sofrido com algumas denúncias no Conselho Tutelar da Criança e Adolescentes pelo

trabalho realizado por suas crianças. Os entrevistados não assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, mas concordaram verbalmente quanto ao uso dos dados pela pesquisa, sem a identificação dos mesmos. Assim, em algumas falas, a pessoa citada é identificada por uma letra fictícia, como "B" e "P".

As entrevistas foram feitas com as crianças vendedoras e com os pais das mesma que trabalham com vendas na balsa que faz a travessia no rio Xingu. Também foi realizada entrevista com uma professora da escola José Andrade Silva. Usamos como critério para a escolha da professora a ser entrevistada a quantidade de alunos que trabalham na venda de produtos na balsa, desta forma a professora que atua no quarto ano foi a escolhida pois em sua turma há oito crianças que trabalham nessa condição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

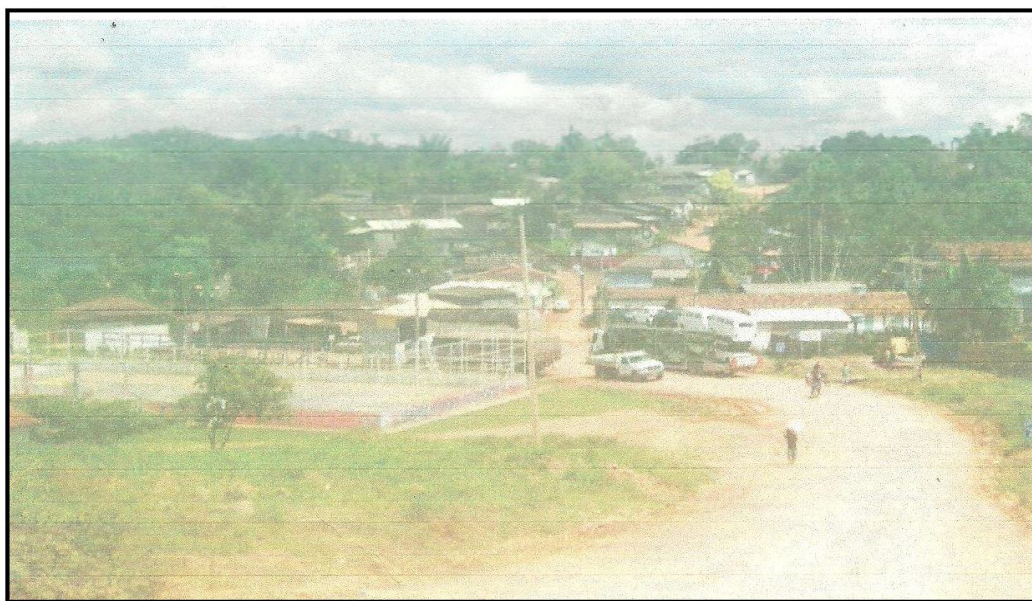
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA LOCALIDADE BELO MONTE DO PONTAL

O nome de Belo Monte originou-se da beleza do rio Xingu e da sua área montanhosa que cerca o lugar como pequenas e grandes elevações no relevo.

A Vila Belo Monte do Pontal I está localizada na BR 230 da Transamazônica e já pertenceu ao município de Senador José Porfírio até a década de 1990, mas com a fundação do município de Anapu, a Vila Belo Monte passou a ser administrada por este último.

A Vila foi fundada na década de 1970 juntamente com a construção da Rodovia Transamazônica devido ser o local de travessia do Rio Xingu. É possível chegar a essa localidade de barco pelo rio Xingu em seu trecho navegável em direção ao rio Amazonas. Também pode acessar qualquer lugar do Brasil vindo de transporte terrestre pela rodovia Transamazônica, sendo a mesma localizada a 60 quilômetros de Altamira e a 75 quilômetros da sede o município de Anapu.

Figura 1: Comunidade Belo Monte do Pontal



Fonte: Arquivo pessoal (2017)

Existem duas vilas, uma do lado esquerdo e a outra do lado direito do rio Xingu. A vila de Belo Monte 2 está localizada na margem esquerda do rio Xingu pertence ao município de Vitória do Xingu.

As duas vilas estão separadas apenas pelo rio Xingu, é importante frisar que ainda não foi construída ponte para o tráfego de carros e passageiros, sendo realizado este serviço por uma balsa, desta forma se faz necessário esperar por algum tempo até que a balsa faça o transporte de ambos os lados. Esse movimento de ida e volta da balsa demora algum tempo que faz com que se criem filas de carro de ambos os lados. Assim, é rotineiro ver crianças e adolescentes trabalhando nesses locais, vendendo os mais diversos produtos e expostos a diversos tipos de situações de risco para a sua integridade física e social.

A Vila Belo Monte possui aproximadamente 900 habitantes, sendo que 120 famílias são beneficiadas com o Programa Bolsa Família do Governo Federal.

A comunidade atualmente vem passando por um grande crescimento populacional, devido à implantação da UHE de Belo Monte, o que vem assustando muitos moradores, preocupados com surgimento de problemas como violência, roubo e prostituição de menores de idade. Podem ser observadas facilmente as crianças vendendo amendoim e outros alimentos para os motoristas e passageiros, ficando

expostos a diversas situações de possíveis assédios tanto para a prostituição como para a criminalidade em geral.

Dentro da vila de Belo Monte passa o Rio Xingu. Esse rio é utilizado pelas comunidades ribeirinhas, pelos agricultores nas lavouras, para matar a sede dos animais, para a pesca artesanal e comercial, lazer nas praias, utilidade doméstica, como por exemplo, lavagem de roupas, vasilhas e outros fins (Figura 2).

Figura 2: Rio Xingu em frente à Vila Belo Monte



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

3.2 A ESCOLA JOSÉ ANDRADE SILVA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental José Andrade Silva está localizada da Rodovia Transamazônica, km 64, trecho Altamira-Marabá, na Vila Belo Monte, município de Anapu (PA), conforme imagem mostrada na Figura 3.

Figura 3: Escola José Andrade Silva, Vila Belo Monte, Anapu, Pará



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

Foi nesta escola que a autora realizou um dos estágios supervisionados do curso de Educação do Campo, em agosto e setembro de 2016.

É nessa escola que a autora desenvolve suas atividades há 07 anos como professora e 4 anos como coordenadora pedagógica, atual função. E por ter essa relação com a escola, a mesma teve a liberdade para circular nos ambientes e dialogar com os(as) professores(as) e assim ter uma visão melhor sobre o cotidiano escolar.

Os alunos que frequentam a escola, em sua maioria, são moradores da comunidade, e os demais residem em lotes rurais próximos a escola.

Sua estrutura física compreende: uma sala de secretaria, que abriga direção e professores; uma sala improvisada de compensado para guardar livros; cinco salas de aula; uma cozinha; uma salinha onde é guardado o pouco material pedagógico existente; quatro banheiros, sendo que só 3 funcionam. A escola não tem acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Apesar de a escola não ter alunos com necessidades especiais, a falta de acessibilidade é preocupante, pois a qualquer momento a escola pode receber alunos que tenham o direito a ela. Isso nos leva a pensar sobre o descaso que a educação sofre em nosso país, deixando de cumprir a lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

A escola possui infraestrutura precária para proporcionar um ambiente atrativo, pois a mesma necessita de equipamentos para o lazer e a prática de esporte. A instituição de ensino não oferece quadra esportiva. Necessita de reparos nas instalações, encanamentos, na pintura, reparos nas janelas, pois estão todas abertas. A escola também não possui materiais didáticos e equipamentos como data show para uma aula mais dinâmica.

Em 2019, a escola tem 223 alunos matriculados, sendo 122 no turno matutino e 101 no turno vespertino, distribuídos em 9 turmas do jardim I ao 5º ano do Ensino Fundamental, sendo 5 turmas pela manhã e 4 turmas a tarde. Os estudantes tem idades entre 4 a 17 anos. A escola conta com 7 professores, 4 serventes, 1 coordenadora, 1 secretário e 3 vigias.

Segundo levantamento próprio, a maior parte dos alunos que frequenta regularmente a unidade de ensino apresenta um padrão de renda familiar mensal de até um salário mínimo. Sendo que os pais possuem baixo nível de escolaridade e baixa qualificação profissional, ocupando os cargos mais inferiores das empresas que se instalaram na comunidade através do CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte) e outros tem o sustento da família através da pesca, agricultura e do emprego na balsa da empresa Rodonave Navegações.

Em relação ao nível da qualidade de ensino da escola José Andrade Silva, conforme a avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) percebe-se que nos anos iniciais do ensino fundamental a escola conseguiu superar a meta projetada pelo INEP nas avaliações de 2011 e 2015, conforme tabela 1.

Tabela : Índice da educação básica na escola José Andrade Silva, Anapu, Pará

IDEB observado					IDEB projetado				
2009	2011	2013	2015	2017	2009	2011	2013	2015	2017
1.9	4.1	-	4.4	-	-	2.8	3.0	3.3	3.6

Fonte: INEP/MEC (2019)

3.3. PERFIL DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Quando perguntamos à mãe da família 1 entrevistada sobre a quantidade de pessoas que viviam na casa da família, a mesma relatou que são suas duas filhas, um neto e o filho do ex-marido. E quando perguntamos sobre quem trabalhava para a manutenção das famílias, a resposta foi que somente as duas filhas trabalhavam, e o rapaz estava desempregado. Assim, estavam trabalhando as duas filhas, uma de 11 anos e a outra de 16 anos, e os adultos não trabalhavam devido problemas de saúde. Esta família sobrevive da venda de amendoim e castanha na balsa e também da renda do bolsa família. Segundo o relato da entrevistada, quando as duas filhas vendem todos os dias é possível tirar em torno de 1900 reais por mês, porém, nem todos os dias elas trabalhavam, pois uma das filhas tem um bebê e muitas vezes ela tem que se ausentar do trabalho para ficar com ele.

A família 2 está composta pela mãe, o pai e três crianças do sexo masculino com idade de 13, 10 e 6 anos de idade. O pai é trabalhador rural, e trabalha como meeiro no lote de terceiro, onde desenvolve o cultivo de hortaliças. Os filhos de 13 e 10 anos trabalham na venda de alimentos na balsa, e a mãe trabalha nas atividades domésticas da casa. A família tem como renda o que o pai ganha com a venda das hortaliças, a bolsa família das crianças, e a venda na balsa é um complemento para as despesas diárias.

A família 3 tem como mantenedora uma senhora de 62 anos responsável pela criação de seus netos, 3 crianças menores com idade de 14, 10 e 7 anos de idade. Todos os menores já trabalham com as vendas na balsa. A família tem como renda a aposentadoria da avó, a bolsa família e as vendas realizadas pelas crianças.

Sobre a escolaridade das pessoas da família, a mãe da família 1 responde que estudou até a 2ª série, uma das filhas estava fazendo o 4º ano e a outra que já era mãe tinha desistido dos estudos no 4º ano. A mãe respondeu que mal sabia escrever seu próprio nome e que as filhas sabiam ler e escrever um pouquinho.

Na família 2, a mãe desistiu ainda no ensino fundamental (4ª série) logo que engravidou do primeiro filho, ela sabe ler e escrever. Já o pai só foi alfabetizado, as crianças estudam na escola local e estão atrasados em termos de série e idade.

Na família 3, a avó diz que foi alfabetizada, mas devido não praticar a leitura, seu conhecimento se restringe a assinar seu nome. Em relação às crianças, o menino de 14 anos desistiu, os demais de 10 e 7 anos estudam na escola local.

3.4 PERCEPÇÕES SOBRE TRABALHO INFANTIL E RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

De acordo com as entrevistas realizadas, inicialmente serão colocadas alguns dados das visões dos entrevistados sobre os riscos das atividades realizadas pelas crianças e adolescente em suas vendas na rua.

A mãe da família 1 ao ser perguntada se temia que acontecesse algum acidente ou que as crianças sofressem algum tipo de violência na rua, a mesma nesse momento sorriu e respondeu que "o medo que ela tinha era que as filhas passassem fome". Ou seja, a partir de uma pergunta provocativa, a resposta da mãe já indicava a narrativa da vulnerabilidade econômica da família.

A mãe da família 2 respondeu que tem medo e que orienta seus filhos sempre sobre os perigos existentes, e que gostaria que os filhos não trabalhassem, porém, a necessidade financeira fala mais alto.

A mãe da família 3 respondeu que já se acostumou, pois seus filhos também vendiam na balsa antes de irem embora morar em outra cidade, que é um trabalho transitório e que serve para as crianças aprenderem a viver no mundo. Que a mesma não teria como alimentar os netos se os mesmos não ajudassem a complementar a renda.

Fica evidente com essas respostas que a necessidade de sobrevivência é bem maior que os medos existentes, sendo muito natural para essas famílias a exposição das crianças para esse tipo de trabalho que já faz parte do cotidiano local.

Então, argumentamos sobre as dificuldades de aprendizagem das crianças e se o trabalho não atrapalhava no desenvolvimento das mesmas. A mãe da família 1 respondeu: "não, porque elas não estudam porque não quer". E acrescenta que a filha "chora para não ir para escola, tem dia que tem que dar umas lapadas nela para ela ir para escola. Puxaram tudo para mim, burra".

Já a mãe da família 2 disse que tenta ajudar os filhos nesse processo de aprendizagem, mas seus conhecimentos são limitados.

Respondendo a mesma pergunta, a avó da família 3 diz que não se importa muito com isso e que deixa a cargo das professoras: “todo mundo da minha família tem dificuldade de aprender; já tô acostumada”.

Neste trecho da entrevista fizemos questão de deixar na íntegra, pois a resposta da mãe foi extremamente forte e reforça a ideia da incapacidade e inferioridade repassada pela classe dominante aonde as pessoas mais humildes acreditam que elas são as culpadas pelas suas dificuldades financeiras ou intelectuais e não associam isso à desigualdade social e à injusta distribuição de renda da população brasileira.

Sobre possível notificação da escola devido as dificuldades de aprendizagem dos filhos, a mãe entrevistada da família 1 respondeu o seguinte: " Vixe, perdi as contas das vezes, mais por causa da "B", ela é muito danada, gosta de caçar confusão. Já falei para ela que se eu receber mais reclamações vou tirar ela da escola e vai ficar burra igual eu".

Já a resposta da mãe da família 2 foi: “Sempre vou a escola mesmo não sendo chamada pelas professoras quero saber como eles estão se comportando”. Sobre esta pergunta a avó respondeu, que não gosta de ir na escola, pois tem problemas de saúde, mas que já recebeu visitas de professoras na sua casa para falar sobre as dificuldades das crianças.

Também investigamos sobre possíveis problemas com o Conselho Tutelar da Criança e Adolescente ou algum tipo de notificação referente ao trabalho das crianças. A mãe da família 1 falou com ar de revolta das notificações recebidas pelo conselho tutelar e também da proibição do dono da balsa para que as meninas não vendam, também citou a polícia coibindo a prática do trabalho feito por menores. Já a mãe da família 2 respondeu que o conselho tutelar não deveria se envolver com as crianças que trabalham porque isso não é errado e sim se preocupar com as crianças que estão nas drogas. A família número 3 disse que acha muito injusto o que fazem com as mães que educam seus filhos da forma correta, trabalhando e não nas ruas envolvidas com o crime.

As três mães se mostraram bastante revoltadas e encaram essa proibição como algo negativo até mesmo como uma crueldade, pois, segundo as mesmas "ninguém se preocupa de dar um prato de comida para eles", e que agora os meninos vendem os

amendoim e castanhas escondidas para não serem flagradas por membros do conselho tutelar ou da polícia militar.

Foi perguntado para as mães se elas tinham sonhos de um futuro melhor para as filhas. A mãe da família 1 respondeu:

Queria que elas tivessem uma vida melhor que a minha, mas pelo que vejo num vai ter não, porque uma já parou de estudar e a "B" vai porque boto ela pra ir, as vezes tenho até que dá umas lapadas nela, falo pra ela que quem não estuda nunca tem nada na vida, é difícil ver alguém que não estudou ser alguém na vida, num ver eu, mal sei fazer meu nome. O povo diz que criança num pode trabalhar, mas é melhor trabalhar do que ficar na rua vagabundando, a minha mais velha nunca gostou de vender castanha, tinha vergonha, o que aconteceu? Arrumou foi um bucho com 14 anos, o que eu ia fazer? Botar pra fora de casa num ia, agora ta ai com mais uma boca pra comer, agora tem que trabalhar, gostando ou não, pra comprar as coisas para o filho dela. A "B" não, ela faz é gostar de vender, tomara que ela num faça igual a "P" (mãe da família 1).

A mãe da família 2 respondeu: "sim, queria ver os formados com bons empregos sem precisar passar pelas dificuldades que ela enfrenta".

Toda mãe e pai sonha com o melhor pra seus filhos, quero que eles se formem e tenham empregos que tenham sucesso e nos ajudem quando estivermos mais velhos (mãe da família 2).

A mãe da família 3 respondeu com bastante tristeza: "o futuro do pobre é trabalhar e sofrer. Eu peço a Deus para que os netos estudem e possam melhorar suas vidas".

Desta forma fica evidenciado que as famílias reconhecem o valor da educação e acreditam que através dela as pessoas podem melhorar de vida. No entanto, a pobreza e a falta de estrutura familiar levam essas famílias a não terem muito controle sobre os seus filhos e netos, e dessa forma a situação de exploração se reproduz. Ainda nesta fala percebemos o valor educacional que a mãe dá ao trabalho quando ela diz que se a filha mais velha de 16 anos trabalhasse não teria engravidado tão jovem, em outro trecho da entrevista ela afirma que é melhor trabalhar do que ficar vagabundando pela rua.

O trabalho realizado pelas crianças desta família significa sobrevivência, e os adultos não percebe o trabalho como ilegal, pelo contrário elas veem no trabalho a única dignidade que eles podem almejar.

Outros sim, queremos destacar também que o trabalho infantil desperta na criança uma responsabilidade não compatível com sua idade e o que tira seu interesse pelas atividades escolares.

Também entrevistamos uma criança de cada família. Não se fez a escolha entre as crianças, sendo deixado livre para aquela que se sentisse à vontade para falar sobre o trabalho que realiza com as vendas de castanha e amendoim, também fizemos perguntas referente a escola e como as crianças percebiam a importância da educação para as suas vidas. Tivemos a preocupação em elaborar perguntas de acordo com o grau de entendimento das crianças, respeitando a faixa etária das mesmas e considerando sua compreensão intelectual.

Na família 1, tratava-se de uma menina de 11 anos de idade cursando o 4º ano do ensino fundamental pelo turno da manhã que trabalha com vendas de amendoim e castanha na balsa. Na família 2, se tratava de um menino de 13 anos cursando o 5º do ensino fundamental. Na família 3, de um menino de 10 anos cursando o 2º ano do ensino fundamental.

Perguntamos se as crianças gostavam da escola e um pouco sobre seus conhecimentos. A menina da família 1 respondeu sem muita motivação que gostava da escola, mas que tinha preguiça e que muitas vezes era necessário que a mãe lhe acordasse para que ela pudesse ir. Quanto aos seus conhecimentos, ela disse que sabia ler um pouco, mas ainda tinha dificuldades com algumas palavras e também com matemática. O menino da família 2 respondeu que gostava de estudar, mas que os conteúdos eram difíceis e que ele tinha muita dificuldade com leitura. O menino da família 3 disse que não gostava da escola e que só gostava dos amigos que tinha na mesma.

Sobre suas preferências entre estudar ou trabalhar, a menina da família 1 respondeu, deixando bem claro o que gosta mais é de vender, para ela é uma diversão, e que nas ruas conhece muitas pessoas, se diverte com outras crianças, e falava como se a venda fosse uma brincadeira. O menino da família 2 disse também que prefere trabalhar do que estudar, mas que gostaria de ter outro trabalho, por isso entende a necessidade de estudar. Da mesma forma o menino da família 3 também disse que prefere vender porque brinca com os colegas e ainda ganha dinheiro.

As crianças acrescentaram que muitas vezes a vontade de vender é tão grande que a maioria das vezes lhes tira a concentração pelas atividades escolares, e assim que terminam as aulas elas vão direto para a balsa vender. Os mesmos relataram que ganham em torno de 10% de suas vendas e que gasta esse dinheiro comprando guloseimas.

Sobre a pergunta de qual profissão pretendem ter no futuro: a menina da família 1 e o menino da família 2 querem ser policiais. Já o menino da família 3 disse que gostaria de ter seu comercio pra vender produtos alimentícios.

Um dos momentos mais significativos da entrevista foi quando perguntamos com quantos anos eles começaram a trabalhar: a menina da família 1 relatou que começou a trabalhar aos 5 anos de idade. O menino da família 2, um pouco mais tarde com 10 anos e o menino da família 3 também começou aos 5 anos de idade.

Quando perguntado à menina da família 1 se a mesma tinha consciência dos perigos do trabalho, respondeu: "É perigoso, porque passa muito carro, subindo e descendo para a balsa, tenho medo dos carros passar por cima de mim, tem o gerente da balsa que fica querendo tomar nossas coisas, tem a polícia que implica também".

Já os meninos das famílias 2 e 3 não observam perigos como violência e prostituição, ou mesmo que o trabalho possa prejudicar seu desenvolvimento na escola, apenas citaram o medo da polícia tomarem suas coisas ou do Conselho Tutelar notificar suas famílias.

Finalizamos a entrevista, e perguntando se as crianças sentiam dificuldade em trabalhar e estudar e se elas gostariam apenas de estudar e não trabalhar. A menina da familia1 respondeu:

É tranquilo, quando eu saio da escola eu vou direto vender e depois que eu termino volto para casa, aí faço meu dever de casa e estudo. Eu acho que ia aprender mais, porque as vezes quando tô na sala fico doida para terminar logo para eu ir vender, aí fico pensando quanto vou vender e nem presto muita atenção da aula (risos).

O menino da família 2 considera que se apenas estudasse poderia melhorar nos estudos: "Acho que se eu só estudasse eu aprenderia muito mais, mas eu também gosto muito de vender".

Dentro da perspectiva de compreender as várias visões, buscamos também dar voz ao professores e ver como os mesmos percebem o trabalho infantil realizados por seus alunos e a relação como o desenvolvimento escolar dos mesmos.

A professora entrevistada já atua na docência há dez anos e é natural de Belo Monte. Quando perguntamos como a professora avalia a aprendizagem dos alunos que realizam o trabalho infantil, a mesma diz que fez um diagnóstico através de atividades e percebeu que esses alunos apresentam dificuldades no aprendizado e que essas contribuem para o baixo desenvolvimento escolar.

A partir dessa resposta, questionamos quais as dificuldades que a mesma detectou e recebemos como resposta que o problema acentuava na leitura e na escrita. Quando perguntamos se estas dificuldades de leitura e escrita também se apresentavam para as crianças que não trabalhavam, a professora nos disse que era relativo, pois existiam crianças com os mesmos problemas que não trabalhavam. Desta forma, indagamos que se a aprendizagem era relativa, pois existiam crianças com os mesmos problemas que não trabalhavam, então o que levava a mesma a afirmar que o trabalho influenciava no desenvolvimento das crianças trabalhadoras. A professora ficou pensativa, mas esclareceu que todas as crianças que trabalham possuem a mesma características de desinteresse e de desmotivação, já as outras apresentam dificuldades cognitivas de assimilação de conteúdo.

Dando seguimento a conversa, perguntamos como ela relaciona o desinteresse dos alunos pela escola com o trabalho infantil e como interfere no desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes. A mesma fez a seguinte reflexão:

O trabalho desses alunos é algo muito atraente para eles, fazem porque gostam também, isso tira o interesse deles em tá na sala de aula. Um ponto muito forte também é a falta de apoio dos pais e o baixo grau de escolaridade da família.

Logo após foi perguntado: como professora o que você faz para ajudar as crianças a superarem essa dificuldade? A professora cita como exemplo a confecção de cartilhas para a leitura e acrescenta o apoio da coordenação pedagógica, que além de confeccionar as cartilhas, tira um dia na semana para trabalhar a leitura com esses alunos e está sempre a procura de materiais que possam auxiliá-las em sala de aula.

Questionamos também sobre a frequência escolar dos alunos que trabalham com vendas na balsa. A professora falou que a situação era bem pior antes do Conselho Tutelar notificar as famílias sobre o trabalho das crianças em relação à falta de

frequência na escola, pois existia até mesmo desistência. A professora entende que com o controle do Conselho Tutelar e da escola em relação ao bolsa família, esse quadro melhorou bastante, e que hoje quase não faltam, porém, o comportamento são de crianças apáticas ou indisciplinadas.

Perguntamos também sobre as notas, mais precisamente se as crianças que trabalhavam na bolsa tinham notas inferiores às demais que não trabalham. A professora associou o baixo desenvolvimento ao tempo dedicado às vendas, pois poderia ser utilizado para reforço dos conteúdos.

De modo geral a professora considera que o trabalho infantil atrapalha o desenvolvimento dos alunos, sendo um problema social relacionado à pobreza, à baixa escolaridade dos pais, ao desemprego, tornando-se muito complexa a interferência. Outro ponto relevante é a questão cultural, o fato desse trabalho já ser desenvolvido por crianças há muito tempo dá uma certa normalidade para questão e para as famílias, e desta forma as mesmas não relacionam o trabalho como exploração e nem com as dificuldades demonstradas pelas crianças no processo educacional.

O trabalho infantil é um fenômeno social diretamente relacionado com condições econômicas da família, estrutura produtiva e as questões de ordem cultural. Este tipo de trabalho tem sido bastante criticado e combatido em todo o mundo. A grande crítica refere-se à exploração das crianças que são sujeitas a trabalhar em condições inadequadas e muitas vezes em atividades perigosas, o que leva à perda da infância e reduz a oportunidade de uma boa educação.

Buscamos compreender o trabalho infantil no sentido de nos lembrar de que este também é um fenômeno constituído historicamente, e que, por isso seja tão difícil para as famílias envolvidas percebê-lo como prejudicial ao desenvolvimento das crianças. A grande questão é se culturalmente o trabalho inserido na vida das crianças é configurado como uma forma de educá-las para a vida, e isso na visão de muitos pais é algo positivo para formação das crianças em diversas dimensões. Precisamos nos dar conta dessa história.

Isso significa dizer que na maioria das vezes os estudos e pesquisas tendem a investigar as crianças e adolescentes trabalhadores e os impactos desse trabalho na vida desses jovens sem levar em consideração as referências históricas que englobam a questão, pois de certa forma o trabalho no âmbito da família é comum historicamente

como uma forma de socialização, mas o trabalho infantil tornou-se um problema, a partir de certo momento e por determinadas condições de exploração do sistema capitalista a partir da industrialização. No entanto, aqui se está tratando de crianças que trabalham autonomamente para as suas famílias, ou seja, são sistemas familiares.

Desta forma percebemos que o trabalho da mesma forma que serve para incluir em determinadas situações serve para excluir. Sobretudo, quando se fala de crianças em idade escolar, de famílias pobres que na maioria das vezes sacrifica o desenvolvimento escolar dos filhos pela necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família.

Da forma que relata a Declaração dos Direitos da Criança, percebemos que a educação é um direito de todos, visto que os direitos humanos são direitos históricos, tornando assim obrigação do Estado e da família zelar pela instrução das crianças. A LDB 9394/96 também assegura esse direito frisando a obrigatoriedade da família e do Estado. Para tanto, deve ser gratuita e obrigatória, pois, emerge gradualmente das lutas que o ser humano trava por sua própria emancipação e das transformações de vida que essas lutas produzem dando liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento

Constituição Brasileira de 1988, em seus artigos 208 e 210 assume o compromisso de garantir educação de qualidade a todos os alunos que estiverem ou não em idade escolar. E em seu artigo 206, institui os princípios desse ensino:

- Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
 - VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII - garantia de padrão de qualidade.
 - VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Sendo assim, se entende que a educação não deve ser privilégio para alguns, mas um direito de todos, independentemente da idade, cultura, raça, etnia, condições econômicas e sociais, e sobretudo essas condições devem ser oferecidas nas localidades onde vivem as pessoas mais carentes de recursos financeiros e culturais para que estas

crianças possam se desenvolver sem prejuízos e possam ter as mesmas oportunidades sem nenhum tipo de consequências negativas.

Desta forma compreendemos que refletir sobre o trabalho infantil corrobora para compreensão de uma concepção político pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a sociedade, a educação e o trabalho. Faz parte dos princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, e também político de explicitar o papel da escola na construção do desenvolvimento das crianças.

Dentro desta construção histórica sobre trabalho e educação consideramos o espaço escolar essencial para a compreensão de várias culturas, independente da classe social, construindo nos indivíduos um espírito crítico e emancipatório na busca pelos seus direitos que historicamente vem sendo negados.

As transformações que mais explicam o desenvolvimento escolar são caracterizadas através do comportamento das crianças em relação ao interesse nas atividades escolares, através da participação, a resolução das atividades propostas dentro dos projetos desenvolvidos, levando em consideração as escolas da zona rural, sabemos que muitas delas não dispõem de recursos e que passam por muito tipos de privações como o não ter acesso às informações necessárias. Todos esses fatores tornam-se decisivos para caracterizar o nível de desenvolvimento das crianças.

Basu e Tzannatos (2003) citados por Silva (2012) afirmam "que o crescente interesse em se pesquisar sobre o trabalho infantil deve-se à redução da pobreza e a crescente acumulação de capital humano, hoje se acredita que o trabalho infantil é um empecilho ao progresso econômico". Para falar de pobreza é essencial pensar em escola pública, também como um espaço na busca pela emancipação política, econômica e cultural, sobretudo para que as crianças e os pais envolvidos entendam o processo exploratório que as mesmas estão submetidos e que a educação vem como possibilidade de mudança.

A falta de investimento por parte do governo em relação à educação que está sendo oferecida para as comunidades mais pobres tem causado a baixa qualidade da educação oferecida. Esse modelo educacional tem fortalecido a desistência das crianças e de suas famílias pela escolarização, priorizando o trabalho.

Ao analisarmos historicamente a questão do trabalho infantil enquanto problema social e econômico podemos perceber que a prática de inserir as crianças pobres para complementar o trabalho dos adultos, os seus pais ou avós, sem remuneração, é algo presente na sociedade brasileira desde o período Colonial.

O ingresso precoce da criança no mundo do trabalho pode ser como uma forma de aprendizado de um ofício para contribuir com o sistema familiar, para ser um camponês, prestador de serviços, comerciante, dentre outros, ou de maneira exploratória pelo sistema capitalista por meio do trabalho precário (insalubre, perigoso, sem direitos trabalhistas, baixa remuneração). Se tornou comum no Brasil, mesmo com as mudanças na constituição e com os direitos da crianças sendo assegurados, ainda observamos muitas crianças tendo que trabalhar para ajudar no sustento das suas famílias. Segundo Marin (2006), apesar de haver medidas que impeçam o uso da força do trabalho infantil, oportunizando o pleno desenvolvimento das crianças, a garantia desses direitos não condizem com a realidade. O autor aponta que com a modernização da agricultura, crianças e adolescentes vendem sua força de trabalho e se submetem a extensas jornadas de trabalho pesado, além de perigosos e insalubres.

Observamos também o trabalho infantil ainda dentro de uma visão cultural onde os pais acreditam no trabalho como uma forma de educar os filhos com mais responsabilidade, tirando-os da marginalidade. No caso específico das crianças de Belo Monte, pelo fato de venderem produtos nas ruas, estão expostas a muitas possibilidades de violências. Mas, é comum esta ideia de que a criança que começar a trabalhar cedo crescerá um adulto que gosta de trabalhar e dará valor ao dinheiro. Essas diferentes concepções foram enfatizadas por Ribeiro (2013), inclusive a de que a educação é a solução para erradicação do trabalho infantil, transferindo muitas vezes para a escola esse árduo papel.

Em se tratando de literaturas que abordam o tema do trabalho infantil, se percebe que organizações e autores compartilham da ideia de que a educação é vista como uma solução para a sua erradicação. Já para o senso comum, a questão é dúbia quando se trata do trabalho infantil. Sabe-se que é prejudicial ao desenvolvimento das crianças e jovens, mas, por outro lado, existe a crença de que o trabalho precoce possa trazer valores a formação do caráter que impedirão uma possível marginalidade e preguiça de trabalhar no futuro.

Essas concepções profundamente enraizados e superficiais sobre o trabalho infantil precisam ser discutidas dentro das escolas, mas dentro de uma visão ampla de

sociedade e de educação, incluindo a família nesse objetivo de repensar a inserção das crianças no mundo do trabalho.

Segundo Marin (2006), o pensamento dos pais influenciam muito na forma de pensar e agir das crianças. E esse mesmo pensamento será repassada durante gerações. Portanto, se faz necessário abrir espaços para se discutir sobre trabalho infantil para que a sociedade compreenda que a entrada precoce da criança no trabalhoso irá prejudicá-la no seu desenvolvimento.

Por outro lado, também sabemos que não é apenas uma questão de conscientização, mas de uma questão econômica e social, pois devido a pobreza das famílias as crianças são submetidas ao trabalho, desta forma não cabe apenas discursar sobre os direitos das crianças e a proibição do trabalho garantida em leis, consonante a esta realidade o professor deve ter ética ou trato com a criança exposta a duas rotinas diferentes, o trabalho e o estudo.

Comprendemos também que a falta de interesse da criança pela escola não é apenas pelo fato dela trabalhar. Ora, se assim fosse não, teríamos problemas de aprendizagem com as crianças que não trabalham. A escola de certa forma precisa pensar a frente e criar metodologias que desenvolvam o interesse nas crianças, principalmente, aquelas que tem dupla jornada. Pelo âmbito pedagógico percebemos que o trabalho infantil é uma das causas do desinteresse das crianças pela escola, assim também como outras questões referentes ao rendimento escolar, a evasão, os quais não iremos discutir nesse momento.

Portanto, queremos destacar o papel do professor dentro desse processo de construção de uma nova dinâmica de ensino onde a escola deixe de ser obrigação e desenvolva no aluno o mesmo prazer que ele sente ao ir para rua trabalhar, pois, através das entrevistas e mesmo das nossas conversas informais com os alunos, descobrimos que o trabalho para eles também significa autonomia, liberdade e diversão, enquanto que a escola torna-se cada dia mais desinteressante com suas dinâmicas engessadas.

3.5 REFLETINDO SOBRE O TRABALHO INFANTIL E RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Como moradora da Vila Belo Monte desde os sete anos de idade e atualmente como coordenadora pedagógica da Escola José Andrade Silva, a autora convive com toda a movimentação das crianças trabalhando nas vendas de alimentos como pipoca, amendoim, bolos e doces. Na visão de criança, a autora via esse trabalho como diversão, liberdade e brincadeira. Hoje, ainda se vê esse entendimento do trabalho pelas crianças. Poucas crianças expostas ao trabalho se sentem exploradas e grande maioria se sente livre. Segundo Sousa e Alkimin (2017):

O trabalho sempre foi considerado um fator por excelência para a existência do ser humano, consistindo em atividade produtiva e fonte de conhecimento. Nesse sentido acompanhou e ainda promove todo o processo de evolução humana. Através dele são auferidos os meios indispensáveis para satisfação de suas necessidades. Nesse universo todas as pessoas, seja criança ou não, utilizam-se de sua força de trabalho para modificar o ambiente natural de forma útil à própria vida.

A Constituição da República de 1988 estabelece no art. 227, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010, diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e de opressão”.

Quando se fala da exposição das crianças aos riscos, vale refletir sobre os casos de acidentes já ocorridos na balsa. Em um deles, duas meninas conhecidas da autora que vendiam na balsa caíram no rio, a balsa passou por cima de uma das meninas e esta veio a falecer, a outra sobreviveu mas com muitas sequelas. Hoje, percebe-se que toda esta situação em que estavam expostas aquelas crianças, acontecia pela pobreza que estas famílias estão inseridas, pois este trabalho desenvolvido pelas crianças significava para as famílias a única forma de sobrevivência. Oliveira e Robazzi (2001) contribuem com este entendimento:

Não é a família que inventa o trabalho infantil; existe na verdade, uma demanda de mercado para este trabalho e a família apenas utiliza esses meios para resolver o problema da sobrevivência. Desse modo ainda que o trabalho infantil seja considerado estratégico para a sobrevivência da família, e, portanto, passível de solução, também é condição de inserção social para famílias excluídas das oportunidades sociais (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001, p. 88).

Sobre o desinteresse das crianças em relação às atividades escolares podemos levantar algumas hipóteses. A falta de interesse pelo estudo não está ligado ao cansaço pelo trabalho difícil ao qual as crianças ficam expostas ao sol e a chuva, pois fazem o mesmo percurso a pé diversas vezes, ou se alimentam mal, entre outros prejuízos. Outro fator que poderia causar o desinteresse pela escola acontece porque a criança relaciona o trabalho que ela exerce como uma brincadeira, uma diversão e é óbvio que a criança se sentirá atraída pela brincadeira sempre. Outra possibilidade para o desinteresse da criança esteja ligado ao prazer que o dinheiro proporciona, pois fazendo estas atividades a criança recebem de seus pais uma pequena quantia em dinheiro, o qual tem o poder de administrar como bem entender. Desta forma a criança pode satisfazer seus desejos em comer guloseimas e comprar outros objetos.

Em relação à assistência pedagógica diferenciada a essas crianças, verifica-se que a escola não tem meios didáticos suficientes para atrair a atenção e melhorar o aprendizado desses estudantes, sendo necessário criar novas estratégias metodológicas que venham a criar o interesse das crianças pelo ensino. Embora se tenha recursos muitos limitados, buscou-se incluir nos projetos didáticos o esclarecimento e consciência crítica em relação à exploração do trabalho infantil, e que esse processo exploratório vem de longa data, não penalizando ou culpando os pais, mas fortalecendo a ideia de que a transformação só virá a partir da mudança de atitudes dos pais e das crianças em relação à importância da escolarização.

As crianças que trabalham não veem perspectivas de futuro através de estudo, e percebe-se isso através das conversas informais diárias no ambiente escolar. Tal situação se reflete no desenvolvimento dessas crianças e isso reflete em evasão e reprovações.

Desta forma, se tem tentado esclarecer às famílias e às crianças o valor da educação como transformadora da realidade em que se encontram. E concordando com as reflexões de Sousa e Alkimin (2017):

Para o efetivo combate ao trabalho infantil, políticas públicas mais eficazes se fazem necessárias, "propondo mecanismos que não se limitem a substituir a renda gerada pelo trabalho das crianças, mas também, políticas que fortaleçam a família, apresentem meios concretos de criar empregos dignos para a população, oferecer instrução e qualificação aos pais para melhorar sua remuneração.

A ideia da infância como uma fase de jogos, brincadeiras, de momentos lúdicos, de imaginação e produção de conhecimento são basicamente recentes, e não são

suficientes. Haja visto que a criança só vem ser reconhecida com um papel importante na família a partir do século XV, até então a criança era vista como um adulto em miniatura e vivia num universo de adultos, desta forma a criança era inserida no trabalho de forma natural e sem nenhum tipo de preocupação com suas necessidades de infância (FREITAS, 2015). Ou seja, a realidade das crianças não é um conto de fadas.

Trazemos uma reflexão sobre nossa diversidade cultural e pluralidade de tradições que constituem a forma de pensar a educação repassada por cada família no que diz respeito à importância ou necessidade do trabalho e a escolarização.

4 CONCLUSÃO

As frases “Lugar de criança é na escola” e “Não ao trabalho infantil” são palavras de ordem em uma luta humanamente justa, pois se trata de uma vergonha que historicamente vem se resignificando a sociedade, ou seja, a pobreza que tem levado as crianças ao trabalho informal para contribuir com a renda de suas famílias. Todavia se faz necessário investir em políticas públicas que possibilitem essas crianças de se manterem nas escolas, e ter outras possibilidades de renda para as famílias em situação de vulnerabilidade. Porém, não observamos esforços por parte das autoridades governamentais em dar condições para que essas famílias se sustentem, sem depender do trabalho desenvolvido por seus filhos e netos.

Assim, como existe a preocupação em erradicar o trabalho infantil também acredita-se na necessidade de se atender essas famílias com uma proposta de assistência social e pedagógica que dê condições de manter as crianças na escola sem prejuízos na renda da família.

Nos momentos de escrita passamos por um processo de recordação da infância na nossa vila de Belo Monte, e vários problemas e tristezas que vivenciamos. Hoje vejo que muita coisa continua do mesmo jeito, apenas mudaram alguns atores, tentamos manter um diálogo respeitando as necessidades econômicas da nossa comunidade sem jamais negligenciar os direitos das crianças de estudarem e se desenvolverem de forma, sem julgar as famílias que ainda necessitam do trabalho das crianças para a sua sobrevivência. Portanto, de nada adianta criar leis de proteção às crianças, se não são

criadas condições para que as famílias sustentem seus filhos, com salários dignos e oferta de trabalho para os adultos, essenciais para erradicar o trabalho infantil

De nada adianta punir sem dar oportunidades de mudança, todo esforço de reflexivo será em vão enquanto não houver uma reforma significativa nas estruturas governamentais voltadas para a educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. Sobre brinquedos e infância: aspectos da experiência e da cultura do brincar. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago.2004.

AMARAL. C. C. G. **Refletindo sobre o trabalho infantil**. In: Fórum estadual pela erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente no Ceará, 2006. Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/pt/Guia_TI_CE.pdf > . Acesso em: 21 maio 2019.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL, Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 25 abril 2019.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2018.

FREITAS, Mariana. **A importância do brincar na educação infantil**. Faculdade de Pará de Minas: Pará de Minas. 2015 (trabalho de conclusão de curso).

GOMES, Jerusa Vieira. A vida familiar e o trabalho de crianças e jovens pobres. **Paideia**. FFCRLP- USP, Ribeirão Preto, fev/ago 1998.

MARIN, J. O. B. **Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social**. Brasília: Plano Editora, Goiânia: Editora UFG, 2006. 124p.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Como abordar o trabalho infantil em sala de aula**. Brasília: MPT. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.com.br/>. Acesso em: 12 abril 2019.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves, ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Revista Latino Enfermagem**, 2001 maio; 9(3):83-9.

PORRO, Noemi M., SALES, Sammy S. Reflexões sobre a lei formal e as regras locais: a reprodução do conhecimento tradicional através das relações sociais entre gerações

em comunidades quilombolas. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Vol. 5, nº 3 (2013).

RIBEIRO, Eliana Bojanoski. O trabalho infantil e sua influência no desempenho escolar dos alunos do meio rural. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Produções Didático-Pedagógicas. Ponta Grossa, 2013.

SILVA, Solange Oliveira da. **Trabalho infantil: um desafio social à educação do campo - as crianças trabalhadoras na ilha do galeão, Cairú-BA**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 15 a 19 de outubro de 2012.

SOUSA, Ana Maria Viola, ALKIMIN, Maria Aparecida. Trabalho infantil no Brasil: o dilema entre a sobrevivência e a exploração. **Revista. Dir. Gar. Fund.**, Vitória, v. 18, n. 2, p. 131-152, mai./ago. 2017

TULLIO, Miriam Izabel. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Produções Didático-Pedagógicas 20. 2015. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_port_pdp_miriam_izabel_tullio.pdf

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO ENTREVISTA COM OS PAIS

Questionário de pesquisa com a família

1. Quantas pessoas moram na casa?
2. Quem trabalha na família?
3. Quais as fontes de renda?
4. Qual a renda mensal da família?
5. Qual a escolaridade dos membros da família?
6. Todos sabem ler e escrever?
7. Quantos menores de 16 anos trabalham? Em que?
8. Porque as crianças trabalham?
9. Você não tem medo de acontecer algo com essas crianças na rua trabalhando?
10. Você acha que o trabalho prejudica o desenvolvimento escolar das crianças? Cite em que prejudica o prejudicou?
11. Você já foi chamada a escola por problemas com as crianças?
12. Recebe bolsa família?
13. Existe alguma dificuldade ou restrição de algum órgão para que essas crianças trabalhassem?
14. Já recebeu notificação do conselho tutelar?
15. O que você sonha para seus filhos?

APÊNDICE B – ROTEIRO ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS

Questionário de pesquisa com a criança

1. Qual seu nome e idade?
2. Quem mora na sua casa com você?
3. Quais as fontes de renda família?
4. Você estuda? Qual Série?
5. Gosta de ir a escola?
6. Sabe ler e escrever?
7. O que mais gosta de fazer nas horas que não ta na escola?
8. O que você quer ser quando crescer?
9. Com quantos anos começou a trabalhar?
10. Gosta de realizar esse trabalho?
11. Porque você trabalha?
12. Você fica com algum dinheiro do seu trabalho?
13. O que faz com o dinheiro que ganha?
14. Você considera perigoso o seu trabalho?
15. Quais dificuldades você encontra na rua, quando está trabalhando?
16. Como é estudar e trabalhar?
17. Quais as dificuldades que tem na escola? Alguma dificuldade é devido ter que trabalhar durante o dia?
18. Se você não trabalhasse, o que mudaria em relação à escola?

APÊNDICE C- ROTEIRO ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Perguntas para os professores

1. Como avalia a aprendizagem dos alunos que realizam o trabalho infantil?
2. Há dificuldades de aprendizagem?
3. São dificuldades dos demais colegas que não precisam trabalhar?
4. O que você considera que o trabalho infantil interfere no desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes?
5. O que já fizeram para diminuir essas dificuldades?
6. Os estudantes que vendem na balsa tem mais falta que os outros?
7. Os estudantes que vendem na balsa tem notas mais baixas que os outros?
8. Os estudantes que vendem na balsa tem diferença de comportamento em relação aos outros?